

MILITARISMO NA VENEZUELA

Nabupolasar Alves Feitosa*

Resumo

Este artigo objetiva discutir o papel dos militares na Venezuela, apontando de que maneira estes assumiram funções tradicionalmente ocupadas por civis e modificaram a relação da caserna com o Estado a ponto de ser possível considerar que, atualmente, na Venezuela, existe o que se denomina militarismo.

Introdução

Desde o nascimento da República venezuelana, em 1830, o país tem tido a presença de militares no governo, porém foi a partir de 1999 que os militares assumiram cargos que tradicionalmente eram ocupados por civis, principalmente pela compreensão de que os militares não podem estar apartados dos civis porque é a estes que servem e protegem.

O ex-presidente Hugo Rafael Chávez Frías disse em entrevista: “Mao disse, como você sabe, que ‘as pessoas estão para o exército assim como a água está para o peixe’” (HARNECKER, 2005, p. 35). De fato, esse é o espírito do que está no Livro Vermelho de Mao Tsé-Tung, em que se lê que “o exército deve fundir-se com o povo, de maneira que este veja nele o seu próprio exército” (TSÉ-TUNG, 2002, p. 111), e onde se atribui ao exército tarefas de organização social e partidária.

E parece ter sido essa a base para a elaboração da Lei Orgânica da Força Armada Nacional Bolivariana (LOFANB) (VENEZUELA, 2011), que reza que os militares, além das tarefas tradicionais de defesa, têm a função de, dentre as 22 listadas, “3. Preparar e organizar o povo para a defesa integral (...); 6. Apoiar os distintos níveis e ramos do Poder Público na execução de tarefas vinculadas aos âmbitos social, político, cultural, geográfico, ambiental, econômico (...)”.

Essa nova forma de compreender o papel das forças armadas fez com que os militares ocupassem ministérios, embaixadas, empresas e corporações estatais, as Regiões Estratégicas de Desenvolvimento Integral (REDI), controlassem a Assembleia Nacional e tivessem posições no gabinete do Presidente da República Nicolás Maduro.

Com uma população de cerca de 30 milhões de habitantes, segundo Donadio

* Doutor em Ciências Sociais: Ciência Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

(2014), o efetivo das forças armadas da Venezuela é de aproximadamente 194 mil (além de 70 mil voluntários das milícias bolivarianas). Esse número representa uma média de 63 militares para cada grupo de 10 mil habitantes, segunda maior média da América Latina, atrás apenas do Uruguai (com 66 para 10 mil) e superior à da Colômbia (55 para 10 mil). O Brasil, nas suas forças armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), tem a segunda menor média, com apenas 17 militares para cada 10 mil habitantes.

Toda essa situação tem levado a que se afirme que existe uma prevalência do setor militar na sociedade venezuelana, que viveria hoje um intenso militarismo, base de sustentação do bloco no poder atualmente.

Ainda de acordo com Donadio (2014), o orçamento militar da Venezuela (US\$ 5,5 bilhões) é apenas o quarto maior da região, ficando atrás de Brasil (US\$ 31 bilhões), Colômbia (US\$ 8 bilhões) e México (US\$ 7 bilhões), porém, no período de 2006 a 2014, esse orçamento cresceu quase 200%, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu um pouco menos que 90%. Desse orçamento, o governo venezuelano gasta 34,3% com investimento e 49,4% com pessoal, além de uma série de benefícios normalmente negados a outras categorias de profissionais.

Toda essa situação tem levado a que se afirme que existe uma prevalência do

setor militar na sociedade venezuelana, que viveria hoje um intenso militarismo, base de sustentação do bloco no poder atualmente.

Militarismo na Venezuela

Historicamente, a presidência da Venezuela tem sido ocupada por militares. Em 200 anos de independência, os governantes militares somam cerca de 140 anos, exceção feita, principalmente, aos períodos de 1945 a 1948 e de 1958 a 1999, durante os quais o país foi governado por civis, como ocorre agora com Nicolás Maduro, também civil (FEITOSA, 2014). No entanto, a importância dos militares na Venezuela se intensificou no governo Hugo Chávez (1999-2013) e tem sido aprofundada no governo Nicolás Maduro (2013 até agora).

É certo que um dos pontos mais marcantes do Estado chavista (FEITOSA, 2014) é o seu caráter militarista, cuja influência na condução da Venezuela é determinante. Depois da ascensão de Chávez, os militares saíram dos quartéis para se instalar em praticamente todos os ramos da administração pública.

De 1999 até dezembro de 2013, pelo menos 1.614 militares já tinham ocupado cargos no governo. Do total, 1.246 foram designados por Chávez e 368 por Maduro (NEDERR, 2013). Os militares ocupam a direção das principais indústrias de base, como Siderúrgica do Orinoco Alfredo Maneiro (Sidor), Corporação Venezuelana de Guayana (CVG) e CVG Indústria Venezuelana de Alumínio (CVG VENALUM), bem como

administram outras empresas, como a estatal Produtora e Distribuidora de Alimentos (PDVAL) e Sociedade Mercantil Corporação Elétrica Nacional S.A. (Corpoelec). Já a Petroleos de Venezuela S.A (PDVSA), principal empresa do país, tem corpo diretivo civil, contudo, também conta com militares nos seus quadros.

Veja-se também que, além de estarem em vários ramos da administração federal, os militares são beneficiados com constantes promoções que o governo lhes oferece.

Outros setores importantes, como o Centro Nacional de Comércio Exterior (Cencoex), a Venezuelana de Importações e Exportações (Veximca) e a Superintendência Nacional Aduaneira e Tributária (Seniat) também são controlados por militares. Esses fatos apontam para a existência, na Venezuela, de um militarismo. Nesse contexto, é importante uma definição do fenômeno.

O militarismo se define, conforme o dicionário da Real Academia da Língua Espanhola, como “o predomínio do elemento militar no governo do Estado”¹. “A intromissão ou excessiva participação dos militares na política, nos negócios públicos, na organização social, com abandono de suas específicas funções de dispor a defesa nacional ou com perigosa acumulação de umas e outras tarefas” (TREJO, 2006, p. 314, tradução nossa)².

A descrição de Trejo (2006) sobre militarismo, como descrito acima, pinta em termos gerais a situação venezuelana, pois, para ele:

O militarismo se converteu em uma doutrina política e em uma forma de governo, com predomínio do elemento militar sobre o elemento civil dentro de um Estado, pretendendo submeter o povo de uma nação aos mandatos do chefe ou à direção militarista do governo, sem se submeter ao estado de direito, tratando de submeter ao regime militar a sociedade civil, com a massiva participação de militares ativos ou da reserva no exercício da função pública, com excessiva participação no orçamento da Nação, com excessivos privilégios na relação com a sociedade civil, com a adoção de um sistema contrário à existência e funcionamento dos partidos políticos, substituído por um governo populista e autoritário, ao lado de uma conduta internacional que favorece regimes similares em outros países, em clara intromissão na política interna daqueles, em aberta violação dos princípios do Direito Internacional (TREJO, 2006, p. 314).

Veja-se também que, além de estarem em vários ramos da administração federal, os militares são beneficiados com constantes promoções que o governo lhes oferece. Só de generais e almirantes a Venezuela conta com 1.875 em seus quadros, segundo o professor Hernán Castillo³, da Universidade Simón Bolívar, quando, na opinião do professor, não deveria passar de dez. Castillo afirma que o controle civil sobre os militares se debilitou com a chegada de Chávez ao

¹ Nesse ponto, Marcos Avilio Trejo (2006) faz a seguinte referência (sem informar a data da publicação): CABANELLAS, Guillermo. *Diccionario de Derecho Usual*, T II. 9. ed. Buenos Aires: Ed. Heliasta, pág. 706.

² Todos os textos cujos originais estão em outros idiomas foram traduzidos pelo autor deste artigo.

³ Ver Entrevista do professor Hernán Castillo ao Jornal Tal Cual digital (ARAUJO, 2013).

poder. Primeiramente, porque a ascensão militar passou a ser um ato discricionário do Presidente da República, não passando mais pela Comissão de Defesa do Senado, como ocorria antigamente. No chavismo, ainda segundo o Professor, há pouco controle civil sobre os militares. No governo Nicolás Maduro, até 2014, pelo menos oito dos 27 ministérios e nove representações diplomáticas – embaixadas e consulados – tinham militares como titulares. Somando-se aos cargos que ocupam e às promoções, os militares estão cada vez mais apegados a privilégios, tais como o aumento no soldo acima da média recebido por outros servidores públicos e compensações oferecidas pelo Estado, e vêm acumulando fortunas em negócios com o Estado, fazendo nascer assim a burguesia bolivariana (boliburguesia). Matéria do El Universal, assinada por Francisco Olivares, informa o quanto os militares foram ganhando cada vez mais importância no governo Chávez, traduzida na ocupação de cargos importantes, em bons soldos e em melhores condições de vida.

O informe 2011 da Agenda Nacional de Seguridad [ANS], ONG especializada em temas militares e de segurança, recorda que a partir de 1999 a FAN [Força Armada Nacional] tem seu primeiro aumento salarial de 30% e até junho de 2003 os aumentos foram de 30% cada ano. Em outubro de 2003, devido à conflitividade política no país, o Presidente anuncia que o aumento em 2004 seria entre 50 e 60%. Nos anos seguintes, desde 2005 até 2009, os aumentos se mantiveram em 30%. Em 2010 o Presidente os incrementou em 40% e em 2011 seria de 50%. Estes níveis estiveram muito acima dos aumentos nos entes públicos (OLIVARES, 2012).

Em 2011, o Presidente os incrementou em 40%. Em 2013, o governo deu um aumento linear de BsF 410,00. Estes são aumentos dos salários que os militares recebem por sua função, sem contar com o aumento no ganho dos militares pela ocupação de importantes funções no Estado, o que permitiu não apenas uma melhora significativa no padrão de vida, mas também deu aos militares acesso ao Estado e tudo quanto nele há, ocasionando assim o enriquecimento de muitos militares.

Ao longo dos anos, os militares foram se tornando, de maneira cada vez mais fiel, a base de sustentação do governo do Presidente Hugo Chávez, que percebeu que tinha de fazer as forças armadas à sua imagem e semelhança, e passar a ser o bastião de permanência do chavismo.

Mais importante ainda foram os gastos com pessoal. Por outras vias se fortaleceu a estrutura salarial dos militares com mecanismos de compensação, prêmios e bônus, ao ponto que os complementos ao salário aumentaram em média de 2.100%. Destaca o informe ANS 2011 que os gastos que equivalem a 8% do montante pago em salários em 1998 hoje representam 31% do salário e as políticas de compensação que representavam 23% do montante cancelado em salários, hoje representam 71% (ONAPRE). Se dolarizarmos o salário o aumento obtido pelos militares seria de 187% nos anos da gestão do Presidente Chávez (OLIVARES, 2012).

Em 1999, um subtenente “ganhava 355.509 bolívares, equivalentes a dois salários mínimos, um major do exército venezuelano, em 1998, ganhava 30 dólares menos que um soldado raso colombiano e 100 dólares menos que um soldado brasileiro” (OLIVARES, 2012), situação que Chávez inverteu com o aumento no preço do barril de petróleo a partir de 2001 e que, em setembro de 2013, girava em torno de US\$ 110 em virtude da crise na Síria, bem acima dos US\$ 7 dólares de 1999.

Ao longo dos anos, os militares foram se tornando, de maneira cada vez mais fiel, a base de sustentação do governo do Presidente Hugo Chávez, que percebeu que tinha de fazer as forças armadas à sua imagem e semelhança, e passar a ser o bastião de permanência do chavismo. Isso não foi feito de uma hora para outra, e, depois do golpe de 2002, ficou claro para Chávez que era preciso que as forças armadas fossem moldadas de forma a atender seu projeto de poder. Como entende o jornalista Teodoro Petkoff, crítico declarado do chavismo, “a Força Armada Nacional (FAN) constitui, na prática, tanto enquanto instituição e à margem de suas contradições internas e do maior ou menor mal-estar que possa existir em seu interior, a coluna vertebral do regime de Hugo Chávez” (PETKOFF, 2010, p. 32).

Depois de abril de 2002, vários militares golpistas foram para uma reserva forçada. Novecentos e oitenta oficiais deram baixa e outros foram relegados a trabalhos

administrativos. Feita a “depuração”, o Presidente começa a investir nas forças armadas, que foram reestruturadas e modernizadas com melhores equipamentos, armas e outros materiais bélicos. Até 2011, o governo Chávez havia gastado cerca de 20 bilhões de dólares com o reaparelhamento das forças armadas.

O governo também investiu nos militares com regalias que não chegam aos civis, como um programa de aquisição de automóveis para famílias de militares⁴. Aumentando ainda mais as fileiras militares e seu compromisso com o chavismo, durante seu governo cerca de 3 mil técnicos e suboficiais técnicos se tornaram oficiais das forças armadas, e continua aumentando a uma proporção de mais de mil por ano.

Os militares de alta patente, os mais proeminentes, incluídos aí os que assumem o Ministério da Defesa, têm declarado seu apoio ao projeto chavista, à “revolução” bolivariana, num desrespeito à proibição de se fazer proselitismo. O então ministro da defesa de Chávez, Diego Alfredo Molero Bellavia, engajou-se abertamente na campanha de Chávez e na de Maduro. Em 07 de julho de 2013, foi designado embaixador da Venezuela no Brasil.

Durante os três primeiros anos, o cimento ideológico para a FAN constituía a chamada Doutrina Bolivariana; (...) Todavia, de 2007 até hoje [2010], quando a “revolução” passou a se definir como “socialista”, o “bolivarianismo” tem sido complementado com uma confusa prédica “marxista”, ainda que muito mais

⁴ APRUEBAN plan para dotar de vehículos a familiares de militares. *El Universal*, Caracas, VE, 17 ene. 2013. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com/economia/130117/aprueban-plan-para-dotar-de-vehiculos-a-familiares-de-militares>>. Acesso em: 24 jan. 2013.

retórica do que substantiva, mas que antecipa, mais adiante, uma não improvável codificação daquela prédica no catecismo marxista-leninista. (PETKOFF, 2010, p. 36).

E essa é a contrapartida que os militares têm de oferecer ao chavismo: defender o projeto de poder adjetivado como socialista e bolivariano, embora ambas as caracterizações sejam inadequadas, sendo apenas resultado da manipulação que Chávez fez do mito de Simón Bolívar para benefício de seu projeto.

A manipulação que fez Chávez do nome e do pensamento de Simón Bolívar, e sua utilização completamente sectária, não tem outro objetivo que provocar no imaginário venezuelano uma equiparação entre “bolivarianismo” e “chavismo”. Não é sequer uma jogada subliminar (PETKOFF, 2010, p. 37-38).

Os militares chavistas, que hoje em dia são a maioria – se não em número, pelo menos em poder –, não escondem defender o ideal de Hugo Chávez. No Estado chavista, o militarismo faz uso também da referência a Simón Bolívar, também militar.

No caso da Venezuela se soma o que se consideram executores do legado moral e do ideário do Libertador. Tomando como pretexto tais ideais desenvolveu-se um militarismo bolivariano antipartidista, que além de se alimentar do tradicional “culto a Bolívar”, soube se aproveitar os fortes sentimentos contra os partidos que se haviam desenvolvido na opinião pública venezuelana (REY, 2011, p. 200).

O general Rangel Silva disse que a FANB “não aceitaria um comandante que não

fosse Hugo Chávez e que não aceitaria um Governo da oposição (...)” (OLIVARES, 2012). Da mesma forma, o Almirante Diego Molera, depois que assumiu o Ministério da Defesa em lugar de Rangel Silva, não perdeu a oportunidade de declarar publicamente sua defesa ao projeto de Hugo Chávez.

No dia 21 de março de 2013, o Almirante Molero baixou uma determinação obrigando a anteposição de “CHÁVEZ VIVE LA LUCHA SIGUE” ao lema “INDEPENDENCIA Y PÁTRIA SOCIALISTA... VIVIREMOS Y VENCEREMOS”. Essa defesa, ilegal, rendeu-lhe a aprovação do seu nome como embaixador da Venezuela no Brasil em 17 de setembro de 2013⁵. Isso ocorre a despeito de a Constituição da República Bolivariana da Venezuela, no seu Capítulo III, Artigo 328, determinar que as Forças Armadas são uma instituição “essencialmente profissional, sem militância política, organizada pelo Estado para garantir a independência e soberania da Nação” (VENEZUELA, 1999, p. 332). No mesmo Artigo 328, a Constituição ainda determina:

No cumprimento de suas funções, [a Força Armada Nacional] está ao serviço exclusivo da Nação, e em nenhum caso ao de pessoa ou parcialidade política alguma. Seus pilares fundamentais são a disciplina, a obediência e a subordinação (Ibid., p. 332).

A Carta Magna autoriza os militares da ativa a votar, porém não podem “optar por cargo de eleição popular, nem participar em atos de propaganda, militância

⁵ EL PARLAMENTO autorizo el nombramiento de Diego Molero como Embajador de Venezuela em Brasil. *El Nacional*, Caracas, VE, 17 sept. 2013. Disponível em: <http://www.el-nacional.com/politica/AN-nombramiento-Diego-Molero-Brasil_0_265773576.html>. Acesso em: 13 out. 2013.

ou proselitismo político”, conforme está escrito no Artigo 330. Mas essa interdição constitucional não foi suficiente para barrar a filiação de militares da ativa ao PSUV, como denunciou em 06 de maio de 2012 a Associação Civil Controle Cidadão, presidida pela intelectual Roscío San Miguel. O desrespeito à Constituição foi reforçado em forma de lei, pois a LO-FANB traz o seguinte texto introdutório:

Sob a alegação de que o povo deve auxiliar as Forças Armadas na defesa da pátria, Hugo Chávez criou a Milícia Bolivariana.

Com o supremo compromisso e vontade de obter a maior eficácia política, qualidade revolucionária na construção do socialismo, a refundação da Nação venezuelana, baseado nos princípios humanistas, sustentado em condições morais e éticas que perseguem o progresso da pátria e do coletivo (VENEZUELA, 2011).

“Essa lei afilia o componente armado ao projeto político de Hugo Chávez, contrariando a Constituição de 1999” (OLIVARES, 2012), mostrando assim que as Forças Armadas são postas acima da lei e da Constituição, mas subordinada à orientação discricionário do chavismo.

“Na Constituição de 1999 os grupos que se dizem bolivarianos se empenharam em eliminar (...) a norma tradicional que consagra o caráter não deliberante das forças armadas e seu apoliticismo” (REY, 2011, p. 202), ainda que o próprio Simón Bolívar não fosse de acordo com um militar tendo direito de delibe-

rar, pois afirmou: “o soldado não deve deliberar, e desgraçado do povo quando o homem armado delibera” (BOLÍVAR apud REY, 2011, p. 2002).

Em todo caso se abriu a possibilidade (...) de que a Força Armada, como corporação, ou de grupos militares dentro dela, participe nas polêmicas políticas e que, antes de cumprir as ordens que recebe do governo civil, delibere sobre a conveniência e oportunidade das mesmas e eventualmente as desobedeça. Isso é o que ocorreu cada vez com mais frequência, nos últimos tempos, até culminar nos atos que se desenrolaram a partir do último 11 de abril de 2002 (REY, 2011, p. 203).

Em 2012, dos 23 governos estaduais disputados, 12 ficaram com militares da reserva e 11 com civis. Dos doze militares eleitos, 11 são do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), e apenas um, Henri Falcón, foi eleito pela oposição para o governo do estado de Lara. Falcón, que foi suboficial da Armada e entrou para a política compondo o chavismo – do qual dissentiu mais tarde –, disputou com o tenente-coronel da Aeronáutica Luis Reyes Reyes. O estado de Lara, de toda forma, seria governado por um militar. Outro caso de comandante militar ocupando um cargo político é o do chefe do Governo do Território Insular Miranda, o vice-almirante Armando Laguna Laguna.

Na Constituição de 1999 o setor militar adquiriu o direito ao voto na Venezuela e ainda que se diga que não podem fazer proselitismo político, de fato é uma nova situação dentro da democracia venezuelana que não está resolvida muito claramente. Neste momento tem um status muito mais independente do sector civil do que tinham no passado e não está

muito resolvida sua subordinação ao setor civil, o que traz bastantes tensões dentro da Venezuela. Todavia, sem os setores militares não é possível pensar que o governo de Chávez houvesse sobrevivido ao golpe de 11 de abril ou que se tivesse podido recuperar a indústria petroleira se não tivesse entrado o setor das Forças Armadas não somente para retomar os campos mas também para tratar de apreender as máquinas, as refinarias, etc. (LÓPEZ MAYA et al, 2006, p. 64-65).

Sob a alegação de que o povo deve auxiliar as Forças Armadas na defesa da pátria, Hugo Chávez criou a Milícia Bolivariana. Em 02 de abril de 2005, foi criado o Comando Geral da Reserva Nacional e Mobilização Nacional. Em 2009, o comando passou a se chamar Comando Geral da Milícia Bolivariana e, mais tarde, passou a se chamar Comando Geral da Reserva Militar e Mobilização Nacional. O governo esclarece no sítio eletrônico oficial o que é a Milícia Bolivariana.

Dentro desta nova Força Armada, cria-se a Milícia Bolivariana, como um Corpo Especial, organizado pelo Estado Venezuelano para materializar o princípio de corresponsabilidade e tem como objetivo principal interagir com a sociedade em seu conjunto, para a execução da defesa integral da Nação⁶.

Quando criou as Milícias, Chávez tinha em mente o treinamento de venezuelanos para resistir a uma possível invasão estrangeira.

O grupo foi criado em 2005, porém não foi até 2010 quando a distribuição de armas se estendeu entre a milícia. Não obstante, em 2006 começaram os treinamentos para a população em táticas de defesa, com cursos organizados pelo Estado nos quais circulava o discurso sobre uma suposta conspiração da Casa Branca⁷.

A Milícia Bolivariana, que aprofunda o militarismo nas camadas populares e entre os civis, é acusada pela população civil de usar seu acesso às armas para cometer assaltos à mão armada, sequestros e crimes em geral, bem como alugar essas armas para outros criminosos. Não é por outra razão que Henrique Capriles Radonski, durante a campanha eleitoral de 2012, foi impedido pela Milícia Bolivariana de entrar no Bairro *23 de Enero* (23 de Janeiro), reduto chavista radical e uma das áreas mais violentas de Caracas.

Na Venezuela, quem controla o Estado controla também os meios de produção e tem o poder de determinar a organização da sociedade.

O projeto de poder de Hugo Chávez ajudou a reduzir a desigualdade social de forma irrefutável, mas também inarredável é o fato de que, na Venezuela, os militares são mais iguais do que os outros venezuelanos.

⁶ QUÉ ES la Milicia Bolivariana? In: VENEZUELA. Ministerio del Poder Polpular para la Defensa. Milicia Bolivariana. Sítio eletrônico da Milícia Bolivariana. Disponível em: <http://www.milicia.mil.ve/sitio/web/index.php?option=com_content&view=article&id=45&Itemid=58>. Acesso em: 13 out. 2013.

⁷ 130.000 VENEZOLANOS armados forman la milícia bolivariana para “salvar a la pátria”. *Te Interessa*, Madrid, ES, 25 mayo 2013. Disponível em: <http://www.teinteresa.es/mundo/venezolanos-armados-milicia-bolivariana-patria_0_924509113.html>. Acesso em: 13 out. 2013.

Não se deve esquecer de que Simón Bolívar era militar e de que Hugo Chávez foi formado em uma academia militar. Sua visão, portanto, de administração e de política é militar, com uma permanente análise de situação para a qual contribuem conhecimento de tática e de estratégia a partir dos quais se vai para a batalha e para a guerra. Por isso mesmo, Chávez dizia que se para Clausewitz a guerra é a política por outros meios, para ele a política é a guerra por outros meios. Repetia sempre que a revolução era pacífica, mas não era uma revolução desarmada.

Conclusão

O papel que os militares desempenham na Venezuela atualmente, ocupando cargos e dominando a política e todo o poderoso aparato estatal do país, detentor da maior reserva mundial de petróleo no mundo, torna-os a categoria social⁸ mais importante da sociedade na Venezuela, pois, nesse país, o Estado é o dono do principal meio de produção. Na Venezuela, quem controla o Estado controla também os meios de produção e tem o poder de determinar a organização da sociedade. Mesmo que se argumente

que a Venezuela é governada por Nicolás Maduro Moros, um civil, o que ocorre no país atualmente é que, na realidade, existe uma autoridade civil sem dominação civil⁹.

Foi possível se chegar ao militarismo na Venezuela, entre outras razões, porque as instituições são frágeis, e as forças armadas assumiram o papel dessas instituições, e passaram a executar trabalhos de “políticas sociais, casos de emergência nos *barrios*, assistência, vacinações massivas, serviço odontológico etc. Ou de diferentes casos de Missões (...)” (LÓPEZ MAYA et al., 2006, p. 64-65).

O controle do Estado permitiu que os militares obtivessem privilégios para si e compusessem o que hoje se chama de boliburguesia, setor social e econômico dominante que atingiu esse importante patamar na estratificação social depois de sua relação estreita com o Estado. Para permanecer no controle do Estado, tem sido importante a afiliação dos militares à ideologia chavista, raiz da dominação carismática ainda remanescente no imaginário popular. Todavia, mais do que qualquer situação, a manutenção do Estado nas mãos dos militares está baseada no uso da força, ainda que careça cada vez mais de legitimidade.

⁸ Ver: FERNANDES, Heloísa. *Os militares como categoria social*. São Paulo: Global, 1978.

⁹ Cf. NORDEN, Deborah. Autoridad civil sin dominación? Las relaciones político-militares em La Venezuela de Chávez. *Nueva Sociedad*, n. 213, ene.-feb. 2008. Disponível em: <http://nuso.org/media/articles/downloads/3501_1.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2015.

Referências bibliográficas

- ARAUJO, Elizabeth. "Hay 1.875 generales". *Tal Cual*, Caracas, VE, 9 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.talcualdigital.com/Nota/94860/Hay-1875-Generales>>. Acesso em: 23 jun. 2015.
- DONADIO, Marcela; TIBILETTI, María de la Paz. *Atlas comparativo de la defensa en América Latina y Caribe: edición 2014*. Buenos Aires: RESDAL, 2014.
- FEITOSA, N. A. *A construção do Estado chavista: a influência bolivariana*. Fortaleza: Imeph, 2014.
- HARNECKER, Marta. *Understanding the Venezuelan revolution*. New York: Monthly Review, 2005.
- LÓPEZ MAYA, Margarita et al. Impactos y tendencias de los cambios. In: ELIAS, Antonio (Org.). *Los gobiernos progresistas en debate: Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay*. Buenos Aires: CLACSO; PIT-CNT Instituto Cuesta Duarte: Buenos Aires, jul. 2006. Segunda Parte. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/edicion/elias/SegundaParte.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2013.
- MARCANO, Cristina; BARRERA Tyszka, Alberto. *Hugo Chávez sin uniforme: una historia personal*. Buenos Aires: Debate, 2005.
- NEDERR, Sofía. 1.614 militares han ocupado cargos en el Gobierno desde 1999. *El Nacional*, Caracas, VE, 23 dec. 2013. Disponível em: <http://www.el-nacional.com/politica/militares-ocupado-cargos-gobierno_0_325167554.html>. Acesso em: 23 jun. 2015.
- OLIVARES, Francisco. La FANB de Chávez. *El Universal*, Caracas, VE, 12 feb. 2012. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/120212/la-fanb-de-hugo-chavez>>. Acesso em: 28 ago. 2013.
- PETKOFF, Teodoro. *El chavismo como problema*. 3. ed. Caracas: Libros Marcados, 2010.
- REY, Juan Carlos. El ideário bolivariano y la democracia en la Venezuela del Siglo XXI. In.: RAMOS JIMÉNEZ, Alfredo (Org.). *La revolución bolivariana: El pasado de una ilusión*. Mérida: La Hoja Del Norte, 2011.
- RODRÍGUEZ, Rafael. Chávez: La Fuerza Armada es chavista. *El Universal*, Caracas, VE, 02 feb. 2012. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/120202/chavez-la-fuerza-armada-es-chavista>>. Acesso em: 21 jul. 2012.
- TREJO, Marcos Avilio. El militarismo, autoritarismo y populismo en Venezuela. *Provincia Especial*, Mérida, VE, p. 313-339, 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=55509816>>.
- TSE-TUNG, Mao. *O livro vermelho*. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- VENEZUELA. *Constitución de La República Bolivariana de Venezuela*. Caracas: Ediciones de La Asamblea Nacional, 1999.
- _____. Ley orgánica de La Fuerza Armada Nacional Bolivariana. Decreto 8.096, de 09 de março de 2011. Disponível em: <<http://www.mindefensa.gob.ve/muronto/index.php/zona-descarga/category/5-fundamentos-juridicos?download=32:fundamentos-juridicos>>.